

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

SUBSÍDIO AO ESTUDO DA ESCRAVATURA NO SUL DO ESTADO

Raphael Copstein

Boletim Gaúcho de Geografia, 6: 21-40, jul., 1977.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37645/24295>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jul, 1977

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

SUBSÍDIO AO ESTUDO DA ESCRAVATURA NO SUL DO ESTADO

RAPHAEL COPSTEIN

INTRODUÇÃO

A busca em arquivos pode levar o pesquisador a pequeno desvio no objeto inicial do seu trabalho.

Procurando elementos para pesquisa urbana no arquivo municipal de Rio Grande, coube ao autor a ventura de ter a sua disposição¹ um documento que considerou salvo da destruição imposta pela lei² aos papéis públicos referentes ao cativo no Brasil.

Trata-se de registro de recolhimento de escravos à cadeia da cidade marítima, entre 1857 e 1859. Seu conteúdo abrange campos de várias ciências sociais que se interessam pelo cativo.

É intuito deste trabalho, fazer contribuição genérica ao estudo da escravidão e particularizar aspecto retrospectivo da Geografia da População em uma cidade gaúcha.

PRESSUPOSTO TEÓRICO

A escravidão, penosa para os que a ela são submetidos, não deixa de ser, nas sociedades em que vigorou ou que ainda impera acobertada, elemento organizador do espaço. A existência da instituição exige instalações para acomodar os cativos, cuja atividade estrutura o espaço geográfico na medida em que este depende de trabalho braçal mal visto pelos senhores. O escravo, mesmo não produzindo em proveito próprio, imprime no meio em que vive seu cunho pessoal. O fluxo escravista traz consigo reflexos quantitativos contrários nos espaços receptor e fornecedor, alterando os dados de distribuição populacional.

-
- (1) Agradecimentos ao senhor Adalberto Rodrigues, na época responsável pelo Arquivo Municipal de Rio Grande, que sugeriu o exame da documentação sobre a qual repousa este trabalho.
 - (2) A Circular nº 20 do Ministério da Fazenda, de 13 de maio de 1891, mandou queimar a documentação referente aos escravos.

A apreciação de um fenômeno do passado, em Geografia, ciência preocupada com o presente, exige justificativa. As paisagens geográficas não se formam repentinamente. São fruto da conjugação de fatores, cuja ação se faz sentir no tempo. Este é, portanto, um elemento de importância a considerar. Entre outros autores, Beaujeu Garnier³ destaca a importância do tempo em Geografia. Roger Dion³ consagrou como uma Geografia Humana retrospectiva a que aborda qualquer assunto de Geografia Humana no plano histórico.

No Rio Grande do passado, o elemento servil fez sentir sua ação tanto na área urbana como na rural. A área urbana, sempre mais importante, ocupou o escravo em inúmeras lides que exigiam esforço braçal. Os cativos trabalhavam em casas comerciais, em atividades portuárias, na eliminação das dunas da área central, na extensão do sítio urbano à custa da laguna, em lides domésticas, além de várias outras.

O passar dos anos escondeu a identidade desses agentes, o exame da respectiva documentação revive e explica aspectos da paisagem. A fonte utilizada para a feitura do presente trabalho fornece elementos sobre composição de parte da população escrava do Rio Grande. Seu conteúdo não se limita apenas à área de interesse da Geografia; daí ter-se procurado aproveitar os elementos que lhe são pertinentes, além de se revelar outros.

A FONTE

Já no título, o livro de "ENTRADA E SAÍDAS DE ESCRAVOS EM GERAL FUGIDOS E QUE NÃO RESPONDEM POR CRIME ALGUM", desperta indagações: A maioria dos cativos, oito anos após a promulgação da Lei Euzébio de Queirós, seria africana ou brasileira? Onde procediam? Seriam mais numerosos em área urbana ou rural? Haveria entre os condenados número expressivo de mulheres? As penalidades na sociedade escravocata rio-grandina seriam frequentes? Haveria relação entre o lugar de origem e penalidade? As penalidades corresponderiam à benignidade tão apregoada nas relações senhores-escravos no Rio Grande do Sul? Em que se baseariam as penas e qual a relação entre elas e os crimes?

É um livro de 150 folhas brancas, sem pauta, medindo 21 por 31 cm. Segundo a etiqueta colocada na contracapa, foi adquirido a "Daniel de Barros e Silva, mercador de papel, objectos d'escriptório, Livros Impressos e em branco, Chã, rapê, Charutos etc., etc. rua da Praia nº 48 Rio Grande". Na capa, porção superior, escrito em tinta preta, o nº "5" sublinhado e o título "entradas e saídas dos escravos em geral fugidos e que não respondem por crime algum" (Figuras 1a e 1b).

As folhas são rubricadas por Martins Vianna, que escreveu o seguinte termo de abertura: "Este livro há de servir, na Cadêa pública, para as entradas e saídas dos escravos em geral presos por fugidos, e que não respondem por crime algum. Leva no fim o competente termo de encerramento. Rio Grande 27 de julho de 1857 Antonio Bonuone Martins Vianna D. de P." (Figura 1c).

(3) COPSTEIN, R. O trabalho estrangeiro no Município de Rio Grande. p. 2.



a)

Martins Vieira D.

Este livro ha de servir, na cadeia publica, para as
entradas, e sahidas, dos escravos em geral, proprios por
fugidos, e que nao respondem por crime algum —
deva no fim a competente forma de succram —

Rio grande. 27 de Junho de 1857

Antonio Bonome Martins Vidua
D. de

b)

-Nº -

-5-

Entradas e sahidas
dos
Escravos em geral, fugidos
e que nao respondem por
crime algum —

c)

Cada assentamento ocupa 4 colunas: "Nome e signaes", "Entrada na prisão", "Crime", "Observações" (Figura 2). Na primeira coluna constam o nome do escravo e de seu proprietário, sua altura, filiação, idade, naturalidade, profissão, grau de alfabetização e estado civil. Em subtítulo, sinais, cor, tipo de cabelo, cor dos olhos, tipos de nariz, boca, rosto e sinais particulares. A segunda coluna registra a data de entrada na prisão; a terceira, o crime; e nas observações, a data de saída, remoção e castigo.

Apesar do termo de abertura datar de meados de 1857, encontram-se anotadas três prisões anteriores àquela data. O primeiro registro refere-se ao escravo "José", preso em 23 de dezembro do ano anterior; na segunda coluna consta: "tem o seu assentamento a fls. 44 do livro que então existia". Anotações idênticas aparecem nos dois registros subseqüentes e correspondem a prisões efetuadas de 20 de abril a 30 de julho de 1857, registradas, respectivamente, às folhas 44 e 313 do "livro que então existia".

Em virtude de sua uniformidade, os dados constantes de cada assentamento foram transferidos para uma ficha padronizada. A contagem dos elementos referentes a cada item permitiu a organização das várias tabelas que serão apreciadas e nas quais foram omitidos os escravos punidos mais de uma vez. Entre dezembro de 1856 e 25 de julho de 1859, 298 escravos foram recolhidos à cadeia, mas 14-ou seja, 4,7 por cento - foram presos duas vezes.

Cumprе frizar que os resultados obtidos referem-se apenas aos componentes do registro - não são suficientes para generalização do quadro escravocrata local.

Sem discutir o organismo escravocrata, permite-se chamar a atenção do título registrado pelo delegado de Polícia na capa do livro (Figura 1b). Mostra que, conscientemente ou não, a autoridade tinha dúvidas de que atos praticados por escravos, considerados delituosos, o fossem realmente.

OS PRIMEIROS ESCRAVOS DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO

As expedições que palmilharam o território gaúcho, antes da ocupação oficial, trouxeram elemento servil em seus contingentes. No Rio Grande, encontram-se notícias sobre escravos desde que nasceu o bastião português ao sul do canal. Em carta de 12 de abril de 1737⁴, o brigadeiro Silva Pais referia-se à vontade de transferência de moradores da Colônia do Sacramento para Rio Grande e sugeria auxílio aos novos povoadores, "principalmente na ida dos escravos dos moradores para lá sem pagar direitos". No ano seguinte, já havia registro de fuga de cativos⁵.

(4) LAYTANO, Dante - O Negro no Rio Grande do Sul, 19 Seminário de estudos Gauchos, p. 29/30.

(5) LAYTANO, Dante - op.cit. p. 30.

Nome e Signos	Entrada na prisão
<u>1857 - N.º 48.</u> - <u>Valentim</u>. Negro da região de São Paulo. Tem 5' 1/2 pol. de altura, 28 annos de idade mais ou menos. Natural de Africa, nascido natural de Bahia. Occupação marítimo. Residência a bordo, de n.º esta Cid. adu. Solteiro, não sabe ler nem escrever. <u>Signos</u> Cor parda; Cabellos coropinhos, olhos pretos e nariz chato. Boca grande. Barba, pouco no queixo, e bigode; Vestido comprido tipo portico - não tem.	Entrou para esta Cid. no dia 29 de Muz de Agosto de 1857. pelos 9 1/2 horas da noite, conduzido pelo condante das patrulhas, e foi recolhido a ordem do Delegado de Policia.

Martins da Silva ²⁵

Crime	Observações
Ata de fuzgo por andar nas ruas fora do horas, e por constar de estar fugido	Foi portaria do Sr. Delegado de Policia em data de 24 de Muz de Agosto de 1857 o pardo Valentim foi castigado com cunha a cunha por dia, e entregue ao carcereiro pelas 8 horas da manhã de dia 1.º de Setembro de 1857.

Figura 2

Poucos anos após a expulsão dos espanhóis, por ocasião do levantamento conhecido pelo nome do seu autor, Tenente Córdova (1780), a Capitania contava 17.923 habitantes. A população mais numerosa correspondia à Freguesia do Rio Grande. Seus 2.421 habitantes, com postos de brancos, pretos e índios, totalizavam 13,05 por cento da população do Continente de São Pedro. Comparando o contingente preto rio-grandino com o de outras freguesias, verifica-se que, seu total dava-lhe a quarta colocação. Levando-se ainda em conta a composição das diversas unidades da Capitania, em números relativos, nota-se que, em nove, a proporção de pretos em relação ao total das respectivas populações era superior à rio-grandina (Tabela 1), cuja percentagem de negros correspondia a 24,61 por cento.

TABELA 1

PRETOS POR FREGUESIA EM RELAÇÃO A SUA POPULAÇÃO TOTAL - 1780⁶

Freguesia	População Total	População Preta	% de população preta da Freguesia
Triunfo	1 277	640	50,11
Vacaria	571	248	43,43
Cachoeira	662	273	41,23
Viamão	1 891	749	39,60
C. do Arroio	417	158	37,88
Madre de Deus	1 512	545	36,04
Mostardas	591	191	32,91
Sto. Amaro	720	208	28,88
Rio Pardo	2 374	619	26,07
RIO GRANDE	2 421	596	24,61
Sto. Antonio	1 189	270	22,70
Estreito	1 254	277	22,08
Taquari	689	109	15,82
Aldeia dos Anjos	2 355	255	10,82

RIO GRANDE EM MEADOS DO SÉCULO XIX

A Comarca de Rio Grande ocupava terras arenosas, de formação recente, localizadas na porção meridional da Planície Costeira Gaú

(6) Quadro do Tenente Córdova, recomposto por Aurélio Porto. In. Laytano, Dante. op.cit. p. 34. Percentagem calculada pelo autor.

cha. Dividia-se em quatro paróquias: São Pedro do Rio Grande do Sul, Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo, Nossa Senhora da Conceição do Tahim e Santa Vitória do Palmar.

A cidade, economicamente contrastava com o restante da comarca. Desfrutava, graças à sua situação geográfica, um lugar de destaque na hierarquia urbana da Província. Eminentemente comercial, era foco redistribuidor de produtos feitos ou consumidos pelos rio-grandenses. De direitos de importação e exportação, respectivamente, a Alfândega rio-grandina arrecadou, em 1858/1859, 77,77 por cento e 58,38 por cento do total recolhido aos cofres públicos⁷.

Nessa época, o Município de Rio Grande, segundo estimativa registrada no relatório apresentado à Assembleia Provincial⁸, possuía 21.365 pessoas em 3.290 fogos. Os escravos atingiam a 4.501 peças, os libertos eram 94 e o restante constituía a população livre. No conjunto dos municípios gaúchos, a população rio-grandina era a terceira em número. Antecedia-lhe as de Porto Alegre e de Cruz Alta. Maior quantidade de escravos encontravam-se em Porto Alegre, Jaguarão e Pelotas (Tabela 2).

A variação percentual da população escrava em relação a do Município, entre 1780 e 1859, foi pequena. Neste último ano, os escravos rio-grandinos correspondiam a 21,06 por cento, o que mostra uma redução relativa de 3,5 por cento em 80 anos. Então, 17 municípios apresentavam maior proporção. Triunfo, com 40 por cento, e São Leopoldo, 7,5 por cento (Tabela 2), ocupavam os extremos. Em São Leopoldo, porém, era proibido o trabalho de escravos.

No início do século passado, o tráfico negreiro havia aumentado em virtude do contrabando de cativos para o Prata⁹. Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre eram centros redistribuidores de escravos. Ao contrabando gaúcho, juntou-se outro, promovido por comerciantes do Rio de Janeiro, que trocavam os cativos por trigo, carne salgada e outros artigos que o Rio Grande do Sul produzia.

(7) Cálculo feito sobre dados constantes no "Relatório apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª legislatura", pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. 1860, p. 49.

(8) FERNANDES LEÃO, Joaquim Antão - Relatório apresentado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul, na 1ª sessão da 9ª legislatura. p. 61.

(9) ERICKSEN, Nestor - Discurso pronunciado pelo Sr. Nestor Ericksen ao ser recebido no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. p. 265.

TABELA 2

POPULAÇÃO PROVINCIAL EM 1859

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESCRAVA	% DE ESCRAVOS NA POPULAÇÃO MUNICIPAL	% DE ESCRAVOS S/POPULAÇÃO ESCRAVA PROVINCIAL
Porto Alegre	31.339	8.858	27,82	11,73
São Leopoldo	20.762	1.551	7,47	2,10
Taquari	10.429	2.771	26,57	3,75
Triunfo	10.007	4.009	40,06	5,43
Santo Antônio	15.679	3.084	19,67	4,18
Conceição do Arroio	9.087	2.125	23,43	2,80
Rio Pardo	9.984	2.249	22,52	3,04
Encruzilhada	6.436	2.307	35,84	3,12
Cachoeira	5.427	1.674	30,84	2,26
Caçapava	10.589	3.104	29,31	4,20
São Gabriel	8.377	2.106	25,14	2,85
Sta. Maria B.M.	5.365	1.001	18,65	1,35
Bagé	12.959	4.124	31,82	5,59
Alagrete	11.233	2.509	22,33	3,40
Uruguaiana	8.077	1.924	21,19	2,60
Cruz Alta	27.808	4.131	14,85	5,60
Passo Fundo	8.618	1.747	20,27	2,36
São Borja	9.831	1.277	12,98	1,73
Itaqui	6.982	1.041	14,95	1,41
Piratini	9.118	3.325	36,46	4,50
Canguçu	7.800	2.524	31,35	3,42
Jaguarão	13.648	5.196	38,09	7,04
Rio Grande	21.365	4.501	21,06	6,10
S. José do Norte	5.637	1.864	33,06	2,52
Pelotas	13.743	4.947	35,99	6,70
Dores do Camaquã				
Santana do Livramento				
TOTAL	309.476	73.749		

A competição desfavorável aos gêneros da terra levou a Câmara de Rio Grande a representar junto ao Príncipe Regente, em defesa dos interesses municipais¹⁰. A reclamação originou-se, além da concorrência nos gêneros citados, pelas conseqüências da venda de cativos. No Almanaque da Vila de Porto Alegre, Manoel Antônio Magalhães¹¹ em 1808 já chamava a atenção sobre o contrabando de escravos para Montevideu, que datava de mais de 20 anos, segundo ele. Magalhães apontou a exportação de pretos como prejudicial por contribuir para o atraso da agricultura, pelo alto preço atingido pelo escravo e por lesar a Real Fazenda. Calculava em mais de 60 mil o número de escravos transferidos no período a que se referia. Isso corresponderia a uma média anual superior a 2 mil cativos.

A PROCEDÊNCIA DOS ESCRAVOS

Pesquisando-se lugar de nascimento da população estudada, notam-se diferenças nos assentamentos, conforme refiram-se a africanos ou a brasileiros. Para os primeiros, pode aparecer naturalidade e nação, como no registro número 50, página 26, onde "Jordão é natural da África e de nação Mina"; ou só naturalidade, como para "João", registro número 83, de 1857, página 43, "natural da África".

Os naturais do Brasil podem aparecer como no registro número 80, de 1857, página 40, verso, onde "José" é "natural de Pernambuco". Nesse caso, a referência resume-se à Província. Quando o escravo é originário do Rio Grande do Sul, além da Província, também é possível haver indicação da comarca, cidade ou vila em que nasceu. Exemplo: "Francisco", registro número 40, de 1857, página 20, verso, "natural de Porto Alegre".

Uma primeira distribuição, objetivando saber a procedência dos escravos (Tabela 3), mostrou a superioridade numérica dos africanos sobre os sul-americanos, os quais, além dos brasileiros, com preendiam pouco mais de 1,5 por cento de uruguaios.

O contingente africano compunha-se de escravos procedentes de várias "nações", à semelhança do que se verificava em outras partes do Império. A localização das áreas tribais do Continente Negro, que se quis fazer, não foi possível por várias razões: a nação nem sempre é indicação do território onde se sediava a tribo de origem do cativo - ela pode indicar somente o seu ponto de embarque; os chamados negros-mina abrangem peças adquiridas no porto de São Jorge da Mina para onde eram tangidos muitos dos apressados na encosta ocidental antes de serem entregues aos tumbeiros; os

(10) STUDER, Elena F.S. - La Trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII p. 298

(11) Almanaque da Vila de Porto Alegre in Boletim Municipal p. 235

traficantes não se afastavam da costa; portanto, conhecimentos que por ventura pudessem ter transmitido, não abrangeriam esclarecimentos da terra "produtora da mercadoria". Eles e seus clientes interessavam-se mais por caracteres culturais, com reflexos sobre a maior ou menor valorização do elemento servil e sobre sua produtividade. Também a área fornecedora viu formar e desaparecer inúmeros reinos, cujos limites variavam durante o período pelo qual se prolongou o tráfico.

TABELA 3

PROCEDÊNCIA DE ESCRAVOS
1857-1859

PROCEDÊNCIA	Nº DE ESCRAVOS	%
ÁFRICA	144	50,70
BRASIL	119	41,90
URUGUAI	2	0,70
S/Decl. e Ileg.	19	6,70
TOTAL	284	100,00

Pandiã Calôgeras distinguiu quatro áreas¹² de entrepostos de tráfico:

1. Antefachada atlântica - com as exportações centralizadas em Cachêo e Cabo Verde.
2. Costa oeste-leste da Guiné - desde o Cabo das Palmas até a Ilha de Fernando Pô, o fundo do Golfo da Guiné, Camerum e Guiné Espanhola; centralizada em São Tomé e ilhas anexas;
3. Costa norte-sul do Golfo da Guiné - centralizada em São Paulo de Loanda;
4. Costa oriental - centralizada em Moçambique.

A grosso modo, pode-se dizer que os escravos brasileiros procederam de uma área situada entre 15° de latitude norte e 15° de latitude sul, compreendendo as terras baixas da costa e parte dos baixos platôs que se seguem. Não há elementos que permitam determinar até onde iam os limites interiores do domínio tribal. Topônimos, ainda hoje lembram, na costa africana, os tempos do malfadado escambo, mas essas denominações não distinguem superfícies bem definidas.

(12) BROCHADO, José J. J. Proença - Notas de aula.

Dos 144 escravos africanos, 116 possuíam referência de nação e podem ser classificados em três culturas, segundo Brochado¹³ (Tabela 4).

O maior número de elementos enquadra-se na Cultura do Sudão Meridional, reunindo 57 indivíduos. Destes 49 eram Minas. Quantitativamente pouco inferior apresenta-se a Cultura Agrícola Banto que englobava 55 pessoas. Numericamente pouco expressiva era a Cultura do Sudão Setentrional, mas merece destaque o registro de sua existência, no século passado, no Rio Grande do Sul.

TABELA 4

NÚMERO DE ESCRAVOS SEGUNDO A CULTURA E A NAÇÃO

CULTURA AGRÍCOLA BANTO		CULTURA DO SUDÃO MERIDIONAL		CULTURA DO SUDÃO SETENTRIONAL		CULTURA NÃO IDENTIFICADA	
NAÇÕES	Nº	NAÇÕES	Nº	NAÇÕES	Nº	NAÇÕES	Nº
Angola	9	Minas	49	Hausá	2	Anca	1
Benguela	5	Nago	7			Argol	1
Cabinda	14						
Cassange	1						
Congo	7						
MOÇAMBIQUE	12						
Mujola (Mongola Mojolo)	3						
Rebolo (Rebola Reboulo)	3						

Dos escravos nascidos no Brasil, mais da metade veio de fora do Rio Grande do Sul. A Tabela 5 mostra que cerca de 40 por cento eram gaúchos, mas os pernambucanos e baianos entraram em número apreciável.

(13) BROCHADO, José J. J. Proença - op. cit. nota 12.

TABELA 5

PROVÍNCIAS DE ORIGEM DOS ESCRAVOS
1857-59

PROVÍNCIA	Nº	%
Alagoas	1	0,84
Bahia	25	21,01
Ceará	2	1,68
Espírito Santo	3	2,52
Maranhão	3	2,52
Pará	1	0,84
Pernambuco	17	14,29
RIO GRANDE DO SUL	50	42,00
Rio de Janeiro	8	6,72
São Paulo	2	1,68
Santa Catarina	6	5,04
Não identificados	1	0,84
TOTAL	119	100,00

Entre os 50 rio-grandenses, 40 por cento tinham como identificação do local de nascimento a expressão "desta província"; o restante procedia de 12 municípios (Tabela 6). Entre os rio-grandinos, dois terços nasceram em área urbana (Tabela 7). A apreciação do domicílio dos escravos em estudo mostra que grande parte, 65,85 por cento, (Tabela 8), habitava o Município de Rio Grande e que 10,22 por cento moravam a bordo. Não há declaração de residência para 19 por cento e pouco menos de 5 por cento residiam noutros municípios.

TABELA 6

LOCAIS DE NASCIMENTO DOS ESCRAVOS GAÚCHOS

LOCAIS	Nº	%
Arroio Grande	1	2,00
Camaquã	2	4,00
Canguçu	1	2,00
Erval	1	2,00
Jaguarão	3	6,00
Mostardas	1	2,00
Pelotas	3	6,00
Porto Alegre	6	12,00
Rio Grande	9	18,00
São Gabriel	1	2,00
São José do Norte	1	2,00
São Lourenço	1	2,00
Desta Província	20	40,00
TOTAL	50	100,00

TABELA 7

LOCAIS DE NASCIMENTO DE ESCRAVOS RIO-GRANDINOS

LOCAIS	Nº	%
Mangueira	2	22,22
Capilha	1	11,11
Rio Grande	6	66,67
TOTAL	9	100,00

TABELA 8

ESCRAVOS SEGUNDO LOCAL DE DOMICÍLIO

DOMICÍLIO	Nº	%
Rio Grande	187	65,85
A Bordo	29	10,22
Pelotas	5	1,75
Bagé	2	0,71
Porto Alegre	2	0,71
Aldeia dos Anjos	1	0,35
Candiota	1	0,35
Estreito	1	0,35
Jaguarão	1	0,35
São Gabriel	1	0,35
Sem declaração	54	19,01
TOTAL	284	100,00

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

Entre os escravos recolhidos à prisão, os pertencentes ao sexo masculino predominaram de forma absoluta. Somente 35 mulheres (12,33 por cento), no período estudado, foram punidas. Levando-se em conta a procedência, a "criminalidade" entre as oriundas da África se revelou mais acentuada. Elas correspondiam a 57,14 por cento do contingente feminino cativo.

As idades dos presos variavam entre 15 e 60 anos e mais. Distribuindo-se com faixas etárias (Figura 3), nota-se que os grupos compreendidos entre 20/24 anos e 40/44 anos possuíam, cada um, mais de 20 membros. Constituíam 67,25 por cento do total de punidos ou 76,6 por cento dos que declararam idade.

Os casados também eram minoria. Dos que possuíam anotações sobre estado civil, apenas 1,4 por cento formaram família. Não há esta referência para 18,67 por cento dos mesmos.

Os mestiços somavam menos de 20 por cento do contingente (Tabela 9). Pressupunha-se número maior, por se pensar que a psicologia do misto, na sociedade escravocrata, o predispusesse mais à contestação.

É de se atender para as diferentes que a autoridade fazia sobre a coloração dos escravos mestiços.

COMPOSIÇÃO ETÁRIA

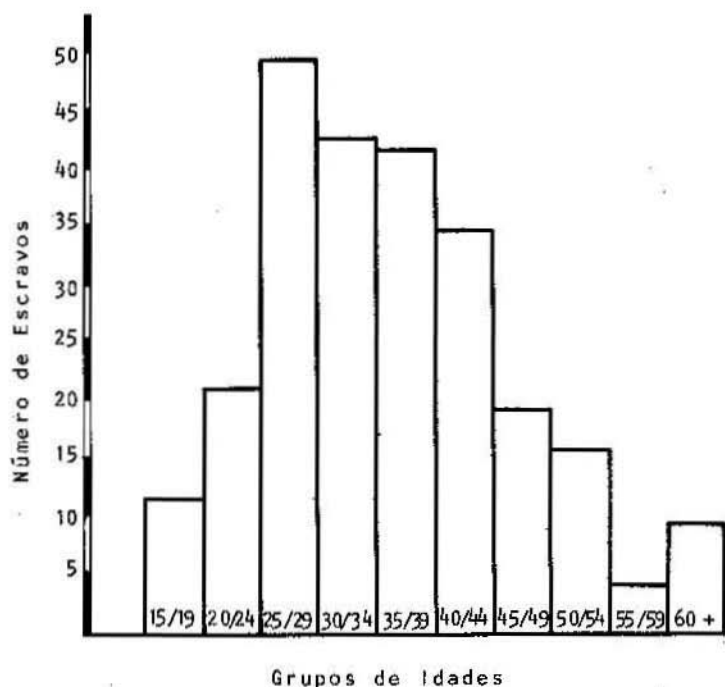


Fig. 3

TABELA 9

ESCRAVOS SEGUNDO A COLORAÇÃO DA PELE

COR	Nº DE ESCRAVOS	%
Cabra	2	0,70
Fula	6	2,71
Parda	41	14,44
Parda Clara	1	0,35
Preta	226	79,57
S/Declaração	8	2,82
TOTAL	284	100,00

A composição profissional do elemento servil recolhido à cadeia não difere de outras citadas em diversos estudos. As profissões arroladas (Tabela 10) mostram, como era de se esperar no tipo de sociedade de então, predominância de atividades com exigências manuais. A divisão profissional utilizada por Edison Carneiro¹⁴ abrange genericamente as categorias relacionadas, mas em casos particulares deixa margem à dúvidas. Um confeitiro deve ser classificado como negro doméstico ou como negro de ofício? No passado rio-grandino fazer doces, segundo a tradição oral, era prática comum às famílias. Como classificar o cozinheiro como doméstico, quando é sabido que casas de pasto utilizavam escravos. Os armazéns, seguindo o costume português, também forneciam refeições aos caixeiros e não raro possuíam um escravo para preparar a alimentação.

Além disso, a prática de alugar o trabalho servil foi registrada por Luccock nos fins do primeiro decênio do século XIX¹⁵. A distinção entre o negro de ganho e negro de aluguel não pode ser feita - a fonte não precisa dados necessários - mas se um escravo foi condenado por ter casa alugada, é de se inferir fosse negro de ganho, remunerado pelo serviço que prestava, que pagava certa quantia semanal ao seu Senhor¹⁶.

O negro de campo, primeira categoria na divisão adotada por Edison Carneiro, incluía 40 indivíduos, dos quais 70 por cento eram campeiros e o restante, roceiros. As proporções apresentadas por estes componentes do setor primário constituem um dos muitos elementos a testemunhar a maior importância da criação nas áreas rurais do Município.

(14) CARNEIRO, Edison - Os trabalhadores da Escravidão, in Ladinos e Crioulos p. 6/10

(15) LUCCOCK, John - Notas sobre o Rio de Janeiro, p. 134

(16) CARNEIRO, Edison - op.cit. p.9

TABELA 10

COMPOSIÇÃO PROFISSIONAL

PROFISSÃO	Nº DE ESCRAVOS	%
Aguadeiro	1	0,35
Alfaiate	10	3,53
Calafate	5	1,77
Campeiro	28	9,86
Cangueiro	17	5,99
Carteiro	5	1,77
Carniceiro	3	1,05
Carpinteiro	13	4,58
Carreteiro	1	0,35
Chapeleiro	2	0,70
Charqueador	2	0,70
Confeiteiro	1	0,35
Copeiro	3	1,05
Costureira	3	1,05
Cozinheira	49	17,26
Despenceiro	2	0,70
Engomador	1	0,35
Ferreiro	2	0,70
Jornaleiro	4	1,41
Lavadeira	8	2,82
Leiteiro	1	0,35
Marceneiro	4	1,41
Marítimo	42	14,79
Padeiro	1	0,35
Pedreiro	12	4,23
Pescador	2	0,70
Pintor	3	1,05
Quitandeiro	11	3,88
Roceiro	12	4,23
Sapateiro	5	1,77
Tamanqueiro	2	0,70
Tintureiro	1	0,35
Torneiro	2	0,70
Trabalhador	3	1,05
Prejudicados	2	0,70
Sem declaração	21	7,40
TOTAL	284	100,00

Cerca de 30 títulos profissionais são arrolados na Tabela 10. Poderiam somar número menor pela reunião de atividades semelhantes mas, excetuando as referentes a marítimos, preferiu-se conservar as designações contidas nos registros de prisão. Algumas denominações trazem dúvida sobre o trabalho do escravo. O que seria o carteiro? Obviamente não era entregador de cartas do Correio Nacional. Provavelmente a atividade correspondia a de "moço de recados".

Ligado à importância portuária da cidade, 14,04 por cento do contingente estudado era constituído por cativos marítimos. A importância do escravo na navegação interior do Rio Grande do Sul pode ser aquilatada pela tripulação total dos barcos registrados na Capitania dos Portos: 2.803 na época. Destes, 1.069 eram escravos¹⁷.

Dentro da variedade profissional detalhada na Tabela 10, os escravos portadores de ofícios com características artesanais atingiam a pequenas proporções: 17,25 por cento do contingente.

AS PUNIÇÕES DOS "FUGIDOS QUE NÃO RESPONDEM POR CRIME ALGUM"

O julgamento do passado com lentes do presente, sem dúvida alguma, conduz a visão deformada dos fatos. O exame dos motivos das punições impostas por uma instituição condenável e desprezível, é, porém, uma contribuição ao estudo do relacionamento entre senhor e escravo. No Rio Grande do Sul a descrição das citadas relações, em não poucas vezes, exhibe traços que não correspondem à passada realidade. A destinação do livro que documenta este trabalho é uma vergastada nas supostas cordiais relações entre proprietário e cativos. O levantamento das punições (Tabela 11) mostra uma grande variação de motivos de recolhimento dos escravos. Certamente alguns dos motivos registrados não permitem avaliar o porque dos castigos como a "correção" que atinge à quarta parte do elemento estudado. Outros resultam de disposição legais vigentes também para os livres e que até agora perduram. Para estes, pelo menos legalmente, não vigoravam castigos corporais. Embriaguês e desordem encontram, em qualquer parte, restrição legal. Prender e castigar alguém por querer deixar de ser propriedade de outrem ou infligir a pena a um ser humano por lhe ter proibido arbitrariamente de possuir casa alugada, mormente após a promulgação dos direitos do homem, é inaceitável. Punir indivíduos por estarem na rua, fora de hora, quando a medida não atinge a todos, ou ainda, porque andaram a cavalo, não é compreensível.

Bolos ou chicoteadas foram acompanhantes comuns dos recolhidos, mas não há uniformidade nas punições. A título de ilustração, em registros escolhidos ao acaso, pode-se constatar que, por andar fora de hora (Registro 32/1857), Silvério foi recolhido às 11 horas e meia da noite de 11 de agosto e solto no dia 17. As folhas

(17) CARNEIRO, Edison - op.cit. nota 8 p. 53

TABELA 11

CAUSAS DAS PUNIÇÕES DE ESCRAVOS PRESOS EM RIO GRANDE NO PERÍODO DE 1857-59

CAUSA DAS PUNIÇÕES	Nº DE ESCRAVOS	%
Ander a cavalo	1	0,34
Ander nas ruas fora de hora	22	7,38
Averiguações	7	2,34
Barulho	2	0,67
Correção	81	27,19
Custódia	13	4,36
Delito	1	0,34
Desavenças	1	0,34
Desatender as patrulhas	1	0,34
Desobediência	11	3,69
Desordem	17	5,70
Divertir-se fora de hora	5	1,67
Embriaguez	6	2,01
Embriaguez e desordem	2	0,67
Embriaguez e insulto	1	0,34
Envenenamento	1	0,34
Fuga	32	10,73
Fuga e andar nas ruas fora de hora	1	0,34
Fuga e indagação sobre sua condição	1	0,34
Fuga e tentativa de assassinato	3	1,01
Furto	7	2,34
Indagações policiais	14	4,69
Indagações sobre a sua condição	1	0,34
Infração do Código de Posturas da Câmara	2	0,67
Insulto a um homem livre	1	0,34
Jogo	4	1,34
Por castigo	1	0,34
Requisição	23	7,71
Segurança	21	7,04
Segurança e fuga	1	0,34
Tentativa de fuga	1	0,34
Tentativa de suicídio	1	0,34
Ter casa alugada	3	1,01
Sem declaração	9	3,02
TOTAL	298	100,00

27 constam os registros de Laudiana (Registro 51/1857) e de Roldão (Registro 52/1857), recolhidos para correção no dia 31 de agosto, às 11 horas da noite e soltos em 19 de setembro. A diferença da punição entre ambos mede-se por três duzias de palmatoadas com que Roldão foi aquinhado. Joaquim foi para a prisão em 12 de setembro, a requisição do seu senhor, por segurança. Foi solto em 3 de outubro, (Registro 60/1857). Por ter fugido, Sâtiro (Registro 77/1857) morreu entre 24 e 30 de outubro de 1857. Foi castigado com cem açoites, a requerimento do seu senhor.

O total das punições em dois anos atingiu a 289 indivíduos. O dado mostra a ocorrência de 14 escravos recolhidos ao cárcere mais de uma vez. Não houve caso de uma terceira punição. As mulheres reincidiram mais do que os homens: 8,5 por cento voltaram à cadeia, em contraste com apenas 4,41 por cento dos homens.

Entre os reincidentes, aproximadamente 14 por cento haviam nascido no Rio Grande do Sul, 42,85 por cento na África e 37,71 por cento em outras províncias. De um indivíduo faltou indicação de procedência.

OUTROS ELEMENTOS

A fonte contém outros elementos além dos aqui utilizados. Não obstante, despertariam interesse se tivesse sido anotados, ou com mais cuidado, ou com mais objetividade, ou ainda se abrangesse número expressivo de indivíduos.

No primeiro caso se enquadram os dados sobre estatura: pelo menos a terça parte dos indivíduos teria suas medidas compreendidas entre 83 centímetros e 1,50 metro. Há de se convir que é muito pouca altura para pessoas em que a menor idade é 15 anos.

Subjetivas são também as referências ao tamanho da boca (Tabela 12) e tipos de nariz (Tabela 13): as expressões "boca regular" ou "nariz comprido" pouco dizem.

Finalmente, 37 indivíduos apresentaram cicatrizes que podem ser sinais de nação e 46, defeitos físicos ou sinais de doenças, como "bexigas".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de escravos punidos atingiu a uma percentagem bastante elevada. Em dois anos e meio, 6 por cento da população cativa foi recolhida à cadeia.

Os africanos contribuíram com pouco mais da metade do contingente. Entre eles, merece ser destacada a presença de hausás, negros